



X

Reunião do dia 30 de abril de 2015

Local:

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Chamusca - Sala de reuniões

Início:

15h25m

Presenças:

António José Tomaz Moreira, representante da Associação “Charneca ao Tejo”;

António Manuel Rodrigues Peixinho, Junta de Freguesia de Ulme;

Elisabete Caetano Albuquerque, Assembleia de Freguesia de Carregueira;

Evelina Cebola Mendes, Técnica Superior de Ambiente da Câmara Municipal de Chamusca;

Fernando José Brito Miranda, Presidente do Conselho do Executivo do Agrupamento Vertical Escolas e Jardins de Infância do Concelho de Chamusca,

Francisco José Velez Gaspar, Presidente da Assembleia Municipal de Chamusca;

Joel Nunes Marques, Junta de Freguesia de Carregueira;

José Fernandes Soares, Junta de Freguesia de Vale de Cavalos;

Manuel Domingos Andrade Rufino, Comandante Operacional Municipal;

Manuela Arsénio, Câmara Municipal de Constância;

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, Presidente da Câmara Municipal de Chamusca;

Rui Daniel Berkemeier, Associação Nacional de Conservação da Natureza QUERCUS;

Comissão de Acompanhamento do Eco Parque



X

Rui Miguel Lino Alcobia Marques Saramago, Comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Chamusca;

Tiago Pedro Carvalho Jerónimo, Técnico Superior de Ambiente da Câmara Municipal de Chamusca.

Faltas: representantes da ACHAR, Centro de Saúde, União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande, União de Freguesias de Parreira e Chouto.

Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informações:

O Sr. Presidente iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e apresentando desculpas por demora no agendamento da presente reunião. Deu conhecimento das reuniões em que esteve presente na CCDR, APA e Observatório dos Cirver indicando as principais dificuldades na perceção e entendimento destas entidades na caracterização do Eco Parque, olhando-o como uma qualquer zona industrial com empresas avulso lá instaladas.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carregueira, deu conhecimento da exposição que efetuou ao Sr. Ministro a 10.04.2015, apresentando diversas questões para as quais, até ao momento, ainda não obteve qualquer resposta.

O representante da QUERCUS questionou sobre a monitorização as águas superficiais, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal referido que é o município que faz as suas análises. Identificando muitos pontos que estão sem análise.

Comissão de Acompanhamento do Eco Parque



X

Reforçando a necessidade de concretizar os pontos onde as recolhas de águas superficiais deveriam ter recolha constante. Questionou sobre os dados a que teve conhecimento através da comunicação social relativamente às análises da Empresa ENVIROIL, referindo que os resultados das mesmas são preocupantes, dado que são relativamente baixos. No entanto, referiu estranhar a existência de parâmetros acima dos valores limite, como o bário, uma vez que aparentemente não há justificação para a sua ocorrência. Referiu também que, dada a inclinação dos terrenos e as análises do piezómetro mais próximo, não se justifica que esse tipo de poluentes possa ter origem no SISAV. Informou que a QUERCUS irá emitir um parecer relativamente à licença ambiental da AMBIMED. Deu conhecimento da nova licença atribuída ao CIRVER SISAV, referindo que a mesma prevê a receção de resíduos não perigosos para os quais os CIRVER não estão preparados para fazer o tratamento, como é o caso dos resíduos orgânicos das cantinas. Espera que esta licença seja corrigida, uma vez que não faz qualquer sentido.

Na sequência deste assunto o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carregueira, questionou sobre qual a licença que se encontra em vigor, tendo o Eng.º Rui Berkemeier (Quercus) informado que é a nova licença.

O Presidente da CMC referiu que desconhecia a origem da notícia e local onde tinha sido feita a recolha. Poderia ser perto da SISAV e por exclusão de partes não estranha ter-se chegado a esta conclusão. A empresa admitiu parte da notícia, alegando que em Outubro de 2014 tinha enviado estudo prévio e a APA e IGAMAOT não se pronunciaram sobre o piezómetro. Foi detetada a origem e proveniência da contaminação, pela Câmara Municipal, referindo não ser competência da CM a verificação. Manifestou preocupação sobre a inoperância da APA e do IGAMAOT, que não emitem qualquer resposta.



PONTO 2 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DO PLANO DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUAS SUPERFICIAIS:

O Técnico da CMC Eng.º Tiago Jerónimo apresentou o documento, identificando as linhas de águas mais preocupantes a jusante da RIBTEJO e RESITEJO, onde sistematicamente ocorreu a alteração e superação dos valores. No momento em que se fazia a recolha ocorreu uma avaria na RIBTEJO.

O Sr. Presidente CMC referiu que faz questão de não saber quando são feitas as recolhas. Referindo que as situações mais preocupantes são a Ribeira das Fontainhas e das Lamas. Deu conhecimento de reunião ocorria na CCDR em que foram demonstradas diversos constrangimentos a nível de planeamento e ordenamento do território, não reconhecendo a Zona Industrial como um todos, mas sim individualmente empresa a empresa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal aludiu às dificuldades existentes com a falta de acessibilidades e, às preocupações com as questões ambientais, ao número de postos de trabalho criados, considerando que deveriam ter sido adotados procedimentos diferentes.

O Eng.º Rui Berkemeier referiu que a Comissão de Acompanhamento deverá começar a emitir documentação para apresentação junto das entidades envolvidas.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que será efetuado relatório com a compilação de dados (quantidades de resíduo e tipologia de resíduo) para remessa à APA. Referiu que a Comissão vai comunicar com as entidades de forma ao Eco Parque seja conhecido, de forma a que também se possa reforçar a posição da CMC. Referiu que as “questões ambientais e o bem-estar das populações estão acima de qualquer coisa” Em sede de Comissão assim que cada um detete qualquer ocorrência deverá remeter para a comissão e depois emitir para as entidades competentes.

Comissão de Acompanhamento do Eco Parque



X

Comandante Operacional Municipal (COM) referiu que “hoje há meios para combater tudo ou quase tudo, o pânico não”. Considerando ser “muito grave saber-se que entra lá tudo no Eco Parque do Relvão”.

O Eng.º Rui Berkemeier representante da QUERCUS, entende que esta entidade (a Comissão) tem muito poder para intervir. O Funcionamento da comissão deverá ser reforçado, nomeadamente quanto à periodicidade das reuniões, de forma a que rapidamente se tenha acesso à ata por email e que sejam proferidas decisões que deverão ser comunicadas às entidades de forma a agilizar procedimentos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira, referiu que há 2000 dias, que o Eco Parque é assunto recorrente nos seus dias e que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal a exercer este trabalho de apuramento de responsabilidades estão a substituir entidades que deveriam ter intervenção. Manifestando indignação pelo fato de não existirem respostas, nem intervenção das entidades. Manifestando desilusão no processo referindo que não tem meios e que as entidades que deveriam supervisionar não querem saber. Afirmou que “se tem, que fazer pressão e chegar a alguém e que quando se reporte estas situações que se saiba a quem se dirigir e essa entidade atue”. Considera que terá que haver sensibilidade no que se passa à comunicação social e no que se dá conhecimento à população, não havendo necessidade de criar alarme, considerando que “o que interessa é que saibamos se acontecer alguma coisa saibamos a quem recorrer”.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal considera que a metodologia deverá ser mais célere, considera que a elaboração da ata atempadamente é muito importante e que também se deverão solicitar quatro relatórios às seguintes empresas: RESITEJO, RIBTEJO, ENVIROIL, SISAV. Referindo também ser importante a Comissão solicitar junto da tutela reunião de trabalho e dar notícia à comunicação social.

Comissão de Acompanhamento do Eco Parque



X

A Sra. Manuela Arsénio, Câmara Municipal de Constância, manifestou surpresa relativamente às análises de água serem feitas pela Câmara Municipal, referindo que até não existe nenhuma entidade superior externa. Considerando que a freguesia Santa Margarida vai sempre sofrer impactos do que acontecer no Eco Parque, aludindo aos cheiros sentidos que não se conseguem identificar a sua origem (da CAIMA ou da deposição de resíduos em aterro) referindo que não tem havido qualquer monitorização nessa área.

Sr. Presidente CMC, referiu que as empresas estão obrigadas a fazer o seu auto controlo e enviarem para a APA, tendo a Câmara Municipal sentido a necessidade de ver em termos de linhas de águas superficiais (substituindo a APA). Não existe conhecimento do teor dos relatórios que deveriam ser públicos e não são encontradas em lado nenhum. Não existe ponto zero da qualidade do ar, dado que o ponto de recolha existente no Bonfim não recolhe os dados do Eco Parque do Relvão. Considerado por todos imprescindível a colocação de um ponto a sul do Eco Parque para que se instale uma estação de qualidade do ar.

PONTO 3 – DISCUSSÃO DA RECOMENDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA:

O Sr. Presidente CMC referiu que este documento fará parte de dossier que está a ser preparado para apresentação ao Sr. Ministro do Ordenamento, questionando os restantes elementos que caso haja alguma questão a apresentar.

Após troca de considerações os restantes elementos manifestaram acordo ao teor do documento.



[Handwritten signature]

PONTO 4 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS CIRVER'S:

O Sr. Presidente CMC deu conhecimento das atividades e da documentação, referenciando os objetivos do ONC que consiste em analisar a situação e evolução dos CIRVER de modo a garantir o seu bom funcionamento, através do acompanhamento sistemático da qualidade do serviço prestado pelas entidades licenciadas, a descrição das atividades a desenvolver, sendo a próxima reunião de trabalho feita na Chamusca.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carregueira, questionou sobre o impacto de os CIRVER passarem a tratar todos os resíduos.

O Eng.º Rui Berkemeier representante da QUERCUS, Referiu que o impacto poderá ser negativo caso não sejam inteligentes, considerando que a licença descaraterizada condiciona a operação dos CIRVER, “literalmente não tem regras”, dependendo da gerência do CIRVER. Referindo que os CIRVER estavam a ser mais apertados que qualquer outra entidade e agora não sabe o que vai dar. A associação vai lutar para que a licença seja alterada, pois o Ministério do Ambiente terá que ser responsabilizado, considerando que não faz sentido que esta licença não fosse analisada no Observatório.

O Sr. Presidente CMC referiu que mais preocupante são os resíduos urbanos, pois nunca se sabe o que se poderá encontrar.

PONTO 5 – PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE NOVOS ELEMENTOS NA COMISSÃO:

O Presidente da CM Chamusca propôs que fossem integrados:

- a) APA
- b) GNR – SEPNA

Por todos foi manifestado acordo à integração das entidades referenciadas.



X

PONTO 6 – OUTROS ASSUNTOS:

1) PERIODICIDADE DE REUNIÕES:

Efetuar reuniões trimestrais, tendo em conta a velocidade com que os projetos estão a avançar, e sempre que se verifique necessário, convocar reuniões extraordinárias.

2) RUÍDO: Construção do IC3, reforçada a necessidade de existência desta acessibilidade. CCDR propôs execução de via alternativa fora das localidades pois os níveis de ruído têm que diminuir. O Eng.º Rui Berkemeier representante da QUERCUS referiu que a entidade irá solicitar ao ministro do Ambiente audiência para análise deste assunto.

3) Ausências a estas reuniões, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referiu que se deveria chamar a atenção da não presença de representantes quer do Centro de Saúde e da ACHAR a estas reuniões.

Não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião eram dezassete horas e vinte minutos.